

DA INVISIBILIDADE NA MEMÓRIA DAS LUTAS SOCIAIS AO PROTAGONISMO HISTÓRICO DAS MULHERES NO CAMPO*

Djacira Oliveira**

RESUMO

Este estudo trata do protagonismo de mulheres latino-americanas nas lutas sociais, com ênfase para a participação da trabalhadora rural brasileira nos movimentos sociais no campo, em especial, no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. As informações concernentes às lutas femininas foram extraídas de bibliografias específicas, do registro de depoimentos de mulheres que vivenciaram situações de lutas no MST e das leituras dessas lutas pela autora, enquanto militante do setor de gênero do MST no estado da Bahia. A análise dos dados possibilitou que compreendêssemos as contradições do movimento e as possibilidades de valorização das mulheres engajadas nos movimentos sociais. O estudo constatou que as mulheres, apesar de sua extraordinária participação em lutas e movimentos sociais ainda estão invisíveis socialmente. No entanto, o estudo revela também, a necessidade de uma mudança na relação de gênero como um todo e no interior do MST, em particular.

Palavras-Chave: Movimento Social; Classe Social; Gênero; Memória; Trabalhadora Rural

ABSTRACT

This article reveals the protagonism of Latin American women in the arena of social struggle (movements, civil society organizations, etc). It highlights the participation of Brazilian women workers in rural social movements and makes particular reference to the Rural Landless Workers Movement (MST in Portuguese). Information concerning women's struggles used in this article were taken from various literary sources, from interviews with women who have themselves experienced MST struggles, and the experiences of the author as a militant of the 'Gender Sector' of the MST in Bahia. The analysis of data collected enables us to understand the contradictions that exist within the movement, and the possibilities it has to overcome them and begin to valorize women militants. The article reveals that women are still socially invisible, despite their extraordinary participation in social struggles and movements, and demonstrates that a change in gender relations at the very core of the MST in particular is fundamental in order to combat this invisibility.

Key words: Social Movement, Social Classes, Gender, Personal Experiences of Social Struggles, Rural Women Worker

* Artigo elaborado a partir dos estudos: A Invisibilidade das mulheres na memória das lutas sociais na América Latina: O protagonismo feminino nestas lutas e nos movimentos sociais do campo brasileiro. UFJF/MG – Orientado pela Prof^a. Dr^a. Sylvia Maria dos Reis Maia.

** Djacira Maria de Oliveira Araújo – Dirigente do MST na Bahia e membro da Coordenação Nacional – Formada em Pedagogia pela Universidade Estadual da Bahia - UNEB e Pós-graduada em Estudos Latino Americano pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF/MG.

INTRODUÇÃO

Nas picadas, vislumbram-se flores esmagadas pelos pés da tirania que liberam perfumes com cheiro de amor à revolução. São Rosas, Tânicas, Iaras, Haidées, Tinas, Amandas, Margaridas... Tantas flores, tão belas! *É real que a sanguinária tirania monta cárceres para cercar o canto, mas há vozes de liberdade que transpõem os cárceres e se faz ouvir no coração dos humildes da América ferida.*

Djacira e Pipoca

O objetivo deste estudo é descrever e analisar as contribuições de mulheres nas lutas políticas dos movimentos sociais, especificamente do campo, tanto no sentido da luta de classes, ou seja, dos conflitos entre os detentores do capital, dos meios e fatores de produção e, neste particular, os (as) trabalhadores (as) do campo, quanto na perspectiva da luta pela emancipação da mulher na luta pela igualdade de gênero dentro do MST.

A análise dos conflitos de classe no campo se pautou no referencial marxista leninista a respeito das classes sociais. Segundo essa abordagem teórica, denomina-se de classes

(...) grandes grupos de pessoas que se diferenciam segundo o seu lugar no sistema historicamente determinado na produção social, a sua relação (consagrada na maior parte e formalizada pelas leis) com os meios de produção, segundo o seu papel na organização social e, por conseguinte segundo os modos de obtenção e o volume da parte da riqueza social que está à sua disposição” (CHAKHNAZÁROV E KRÁSSINE 1981, p. 78-79).

Por esse prisma as mulheres do MST situam-se no grupo social das trabalhadoras rurais, por pertencerem a um grupo de mais pessoas que se diferenciam por uma série de traços identitários.

A questão da opressão das mulheres já foi levantada por Engels (2000) no livro: *A origem da família da propriedade privada e do estado*. Nesta obra, ele observa que antes da gênese da sociedade classista, a primeira forma de opressão que surgiu na face da terra fora a do homem sobre a mulher.

Quanto às razões ocultas da invisibilidade da mulher nas ciências e na cultura, Carrasco (2003, p. 18), afirma que existem duas grandes razões constituintes:

uma mais antiga, de caráter ideológico patriarcal, e outra, possivelmente mais recente, de caráter econômico. A primeira está

relacionada com as razões do patriarcado. Sabe-se que, em qualquer sociedade, o grupo dominante (definido por raça, sexo, etnia, etc.) determina e impõe seus valores e sua concepção de mundo, constrói estruturas sociais, estabelece as relações sociais de poder; elabora o conhecimento, desenha os símbolos e a utilização da linguagem. Mas, além disso, tais valores tendem a assumir a categoria de universais, como que se invisibilizasse o resto da sociedade.

Isso implica compreender que a historiografia carrega marcas profundas das formas ideologizadas de pensar das sociedades. Portanto, propomos "desenterrar as pontas da fita vermelha fincada na terra" (Bogo, 2003) e perceber o seu tamanho e sua longa permanência por baixo dos escombros da história dos palácios dos imperadores.

A trajetória das mulheres nas lutas sociais na América Latina no campo não está visível, porque as pontas das fitas vermelhas continuam soterradas. Recuperar a memória da participação política das mulheres nos movimentos sociais no campo se compara ao trabalho arqueológico que, para desvendar questões de nossa ancestralidade, exige várias escavações. É com esse intuito que trazemos à baila a questão da presença e contribuição feminina nos movimentos sociais.

Existe muito pó sobre as pegadas que as mulheres deixaram pelos caminhos das lutas revolucionárias da classe trabalhadora. Ora aqui, ora ali podemos observar alguns desses índices, o que nos desafia a seguir. Varrer o "pó" e registrar cuidadosamente as mais diversas experiências e vivências femininas; referências valorosas de práticas que podem contribuir significativamente na transformação das relações sociais que reproduzem a exploração e as desigualdades.

O fato de as mulheres não serem lembradas na memória das lutas sociais não significa que elas estiveram passivas diante dos conflitos sociais durante todos esses anos. Apesar das dificuldades do registro do engajamento do público feminino e da falta de fontes documentais, algumas estudiosas como Randall (1982) e Maia (2002) vêm se esforçando para recuperar essa memória. Graças a esses esforços, tornou-se possível enxergar que, na América Latina, o protagonismo das mulheres nas lutas contra a opressão colonial, pela independência e nas lutas revolucionárias pela implantação de um projeto de sociedade socialista como na Nicarágua, em Cuba e no Chile se fizeram presentes.

Para entender a participação das mulheres nos movimentos revolucionários, questionamos: – Quais os fatores que levaram à exclusão, à obscuridade da militância política

das mulheres? Durante a pesquisa, identificamos vários aspectos, dentre os quais destacamos os seguintes:

O primeiro deles é a cultura do sistema patriarcal e machista. O modelo patriarcal remonta à sociedade e ao pensamento gregos, em que se definia uma ordem para a vida na polis, ou seja, no espaço público, e outra ordem para a vida na *oikia* (espaço doméstico familiar). As atividades que se realizavam na polis eram atribuídas aos homens livres, ou seja, àqueles que tinham sobre o seu domínio outros povos e que poderiam exercer e construir o pensamento lógico racional voltado para explicar o sentido da vida e da organização da sociedade humana enquanto atividades ligadas à produção de bens e ao atendimento das necessidades das pessoas. As atividades para a reprodução biológica da vida eram atividades atribuídas aos escravos e as mulheres (Silveira, 2004).

O sistema patriarcal se baseava na divisão sexual do trabalho e na organização da sexualidade e da procriação, permitindo a apropriação individual das capacidades reprodutivas e sexuais às mulheres, limitavam sua autonomia e liberdade de ação. Essa cultura impunha regras, normas de comportamento e escala de valores distinguindo os papéis sociais dos homens e das mulheres, dando aos primeiros uma posição de privilégio e destaque tanto no espaço público quanto no privado. Esse modo de conceber a organização e reprodução da sociedade gerou uma valorização do homem sobre a mulher

O segundo fator é a cultura da sociedade dividida em classes sociais. Carboni e Maestri (2003) argumentam que o consenso ideológico e a naturalização da exploração surgem e se alicerçam na vigência e solidez objetivas das relações sociais de exploração.

Nas sociedades classistas, a classe detentora dos meios de produção procura se hegemonizar, explorar e dominar a outra classe. Estas sociedades por meio de suas instituições fabricam identidades para os indivíduos, segundo sua classe social, sua raça, etnia, idade e forjam uma ideologia que orienta e se manifesta nas práticas culturais e nas estruturas que alicerçam a sociedade.

Na sociedade capitalista, segundo Godinho (2003, p. 34):

a opressão das mulheres foi assimilada pelo capitalismo como forma de diminuir os custos com a reprodução da força de trabalho, aumentar a exploração da classe trabalhadora; manter uma divisão e competição de interesses e privilégio dentro da classe trabalhadora;

assegurar mecanismos de assimilação da ideologia burguesa e patriarcal no seio dos oprimidos.

Romper com o modelo de sociedade que se alicerça na exploração e na opressão de classes e gênero, para se repensar novos caminhos nas relações humanas, exige enxergarmos como as trabalhadoras estão se posicionando dentro de um sistema marcado pelos conflitos e pelas contradições políticas, econômicas e culturais em todos os processos de lutas. O entendimento dessa formação identitária feminina, perpassa pela leitura do compromisso histórico das trabalhadoras latino-americanas nas mudanças sócio-políticas.

Os processos de luta pela emancipação política, social e econômica são protagonizados pelos oprimidos e não pelas classes dominantes, a quem interessa a manutenção da ordem de classe e dos sistemas sociais e institucionais que lhes permitem privilégios. A mulher trabalhadora, em todos os momentos de lutas sociais, colocou em pauta novas formas de organização da vida, do trabalho e das relações humanas.

É preciso destacar que nem todas as mulheres defendem da mesma maneira as mudanças nas relações sociais, pois não é somente a igualdade de gênero que conta. Na sociedade capitalista, as mulheres da classe burguesa têm privilégios que querem manter. A luta destas mulheres se limita à busca de mais espaço social sem alterar o sistema da sociedade classista e desigual. “Sem direito de ocupar espaços sociais, as mulheres burguesas se limitaram a torcer pelo êxito profissional dos maridos. O sucesso do marido seria o dela também”. (CARTILHA DO MST - Setor de Gênero: 2003, p.16).

Para Godinho (Op. Cit, p. 38):

A coerência política e revolucionária se manifesta no combate permanente para criar, desde hoje, as bases para a construção de um novo homem e uma nova mulher, revolucionários por inteiro que colocam em xeque a assimilação e reprodução da moral, dos valores, enfim da ideologia burguesa e patriarcal por parte dos trabalhadores.

Daí a importância de se incorporar, no desenvolvimento da consciência política da classe trabalhadora do MST, uma reflexão acerca da ideologia machista e um combate permanente contra as formas de sua manifestação cotidiana, individual e coletiva que discriminam e oprimem as mulheres. A opressão da mulher é justificada pela ideologia que se

propaga e se reproduz de forma sutil por meio das instituições sociais como a família, a escola, a igreja, as instituições de trabalho; enfim, através da cultura.

Quanto à participação das mulheres nos movimentos sociais, historicamente têm se projetado duas situações distintas, a saber: a primeira delas é que as mulheres tiveram muitas dificuldades para adentrar nos espaços públicos e assumir papéis tidos como exclusivos aos homens; e a segunda é quando elas ao romperem as barreiras e penetrar nestes espaços atuando lado a lado com os homens, mesmo assim não tiveram suas participações reconhecidas.

Historicamente foi negado à mulher o acesso à educação, a participação política e o reconhecimento do seu trabalho como gerador de renda e valor. Esses fatores também contribuíram para a sua invisibilidade.

Nos atuais movimentos, percebe-se um avanço na participação das mulheres nas lutas pela terra, pela reforma agrária e pela mudança do modelo econômico centrado no latifúndio e agronegócio. Como exemplo, as lutas das mulheres indígenas no movimento Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) no México, na Associação Nacional de Mulheres Indígenas no Chile (ANAMURI) e nas lutas das mulheres sem terra e do Movimento de Mulheres Camponesas no Brasil.

Essas mulheres, de maneira geral, pertencem às classes oprimidas e a uma classe trabalhadora, lutam e atuam no campo se destacando como lideranças e produzindo lado a lado com seus pares masculinos, entretanto, elas não são conhecidas como tal, não são computadas nos censos realizados e, portanto, estão invisíveis.

Sobre a participação das mulheres na luta social, Petras (2003, p.93) observa que no momento que a luta se torna mais intensa, mais aguda, com maiores confrontos, também aumenta a incorporação da mulher, mas quando a luta entra na fase de negociações, de consolidação, a tendência é voltar aos padrões anteriores. E aí os homens assumem os postos de direção e de decisões políticas.

Spindel (apud MAIA, 2002) falando da invisibilidade social da trabalhadora rural, tanto no que se refere ao trabalho agrícola quanto a sua participação na luta pela terra, vai ressaltar a necessidade de fazer justiça à contribuição histórica desta trabalhadora. De maneira geral, a sociedade não a entende como tal, marginalizando-a de forma a negar-lhe até mesmo os poucos direitos que são concedidos aos homens na área rural.

Gradativamente, as mulheres vêm construindo vários instrumentos de organização com diferentes estratégias de lutas e resistência, forçando os movimentos sociais do campo a se estruturarem, permitindo a melhoria das condições de vida das trabalhadoras, em que novos espaços de vivências e de relações se abrem em caminhos com vistas à construção de uma sociedade democrática, mais justa e igualitária, superando discriminações de ver a mulher nas organizações sociais.

1. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL

As formas de lutas e movimentos sociais no campo variaram na história. Podemos caracterizar, como grandes lutas sociais, as lutas dos povos indígenas contra a dominação, as lutas contra a escravidão e a formação dos quilombos; as lutas pela terra e as lutas em defesa da reforma agrária. Essas lutas influenciaram os diversos movimentos que os sucederam, como podemos observar nos movimentos sociais contemporâneos.

A diversidade de movimentos sociais no campo é determinada pela diversidade de contradições existentes e modos de viver e enfrentá-las. As bases dos movimentos estão implantadas nas diversas formas sociais de inserção dos diferentes seguimentos de trabalhadores rurais na estrutura agrária e no processo de produção agropecuária. (GRZYBOWSKI, 1987).

Rufino (1987) argumenta que, na luta contra a escravidão, há registro sobre Ganga Zumba e Zumbi e que as guerreiras, Aqualtune e Dandara, que também participaram, não são lembradas.

Grzybowski (1987, p. 47) avalia que afirmar que a presença de mulheres nas lutas sociais no campo, no Brasil é recente constitui um equívoco. As lutas no campo já produziram mulheres líderes do porte de Elizabeth Teixeira (das Ligas Camponesas), Margarida Maria Alves (presidente do Sindicato de Alagoa Grande na Paraíba, assassinada em 1983) Maria Oneide Costa Lima (líder dos Posseiros em São Geraldo, na conflagrada região do Araguaia-Tocantins). O que se percebe é que em todas as lutas as mulheres se fizeram e ainda se fazem presentes, ora como lideranças ora como companheiras dos seus esposos.

A participação organizada das mulheres como grupo político na zona rural brasileira começou na década de 1950, com maior organicidade na década de 1960, a partir da

Constituição das Ligas Camponesas. Com o golpe militar de 1964, houve um desmantelamento geral das organizações, com perseguições políticas, prisões e mortes dos seus líderes. A organização das mulheres trabalhadoras rurais só foi reaparecer no cenário nacional na década de 80, com a redemocratização do país e com o movimento pela constituinte; assim também o surgimento de novos movimentos sociais, de luta pela terra e pela Reforma Agrária. É no terreno destes movimentos que vamos centrar nossas reflexões sobre a participação das mulheres e a sua luta sem trégua pelo seu reconhecimento como atores sociais e políticos.

A incorporação da mulher nos movimentos aconteceu de duas maneiras. A primeira, a participação por dentro de movimentos de forma heterogênea, isto é, homens e mulheres se aliavam e se organizavam para defender, reivindicar e promover novas formas de organização do trabalho e das relações sociais do campo. A segunda, quando organizaram grupos específicos de mulheres para tratarem de questões inerentes ao público feminino nos movimentos.

A organização de mulheres de forma heterogênea se deu a partir da organização dos sindicatos de trabalhadores rurais na década de 1980. Neste período, as mulheres iniciaram a luta pela participação política nos sindicatos. Silvia (2003, p.36) afirma que

Durante a década de 80 houve uma “ressurreição” do movimento e a consolidação da luta das trabalhadoras rurais. Acontecem vários encontros regionais e nacionais que debatem as dificuldades gerais do trabalho e as questões específicas das mulheres. Um processo fundamental para o fortalecimento da luta foi à sindicalização. Até então, os sindicatos rurais não consideravam necessária a filiação das mulheres, mesmo quando elas trabalhavam na roça. Um dos fatores que contribuiu para a entrada das mulheres nos sindicatos foi à instituição do direito à aposentadoria rural, conquistado pelas mulheres no final dessa década.

A participação das mulheres no movimento sindical do campo possibilitou que elas se perceberem nas lutas. Para Grein (2003, p.9): “foi um período muito bonito de grandes esperanças para os trabalhadores e trabalhadoras do campo [...]”. Antes elas participavam da vida do sindicato, mas não tinham voz nem voto, pois não eram filiadas ao sindicato, mas dependentes de seus maridos, assim não podiam votar, nem serem votadas, pois eram representadas por seus esposos ou filho mais velho.

De fato, foi nas lutas sindicais do campo que a participação da mulher se tornou visível. O assassinato da trabalhadora rural e líder sindical Margarida Alves – presidente do Sindicato de Alagoa Grande(PB) – em 12 de agosto de 1983, em sua casa na frente de seus familiares a mando dos latifundiários e usineiros da região tornou a mulher do campo visível aos olhos da nação, ainda que na condição de mártir.

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES CAMPONESAS NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

A história das mulheres no MST pode ser analisada em três períodos da luta pela Reforma Agrária e da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O primeiro período vai de 1984 a 1988, em que o MST estava se constituindo como movimento sindical, de massa, autônomo e de caráter nacional, a partir daí a sua expansão na luta pela conquista da terra, por meio das ocupações, enfrentando a violência da União Democrática Ruralista (UDR).

O segundo momento de 1988 a 1998, período de consolidação da estrutura orgânica do próprio movimento, setores, instâncias e das lutas contra o latifúndio improdutivo. O último período, de 1998 aos dias de hoje, em que os trabalhadores enfrentam o latifúndio moderno – o agronegócio.

Inicialmente as lutas dos trabalhadores tiveram um cunho religioso, o lema era *Terra de Deus Terra de Irmãos*. As principais formas de luta para denunciar a violência das empresas rurais, dos grileiros e latifundiários eram as romarias da terra, as caminhadas, as greves de fome, a ação de deitar ao chão como forma de resistência pacífica durante os despejos.

Em 1984, no Encontro Nacional, em Curitiba são adotadas as palavras de ordem: *Terra para quem nela trabalha*. A partir desse encontro as ocupações de terra ganharam mais força e intensidade.

No primeiro Congresso Nacional, realizado em 1985, o lema passou a ser *Ocupação é a única solução*. Essa deliberação fortaleceu o movimento de luta pela terra, embora se reconheça ter sido originado esse mote das lutas da Comissão Pastoral da Terra e da Igreja.

As consignas elaboradas trazem implícitos os objetivos e as estratégias da luta pela reforma Agrária. Em 1986, o MST se definiu pelo lema: *Terra não se ganha se conquista*. Em 1988, no bojo da luta pela democracia e pela elaboração de novas leis no país, as palavras de ordem foram: *Sem reforma agrária não há democracia*. No ano de 1990, passou para: *Ocupar, resistir e produzir*. Em 1995 se traduziu em *Reforma agrária uma luta de todos*. Em 2000, o MST adotou a frase – *Reforma Agrária por um Brasil sem latifúndio*.

Foi em 1979 que ocorreram as primeiras ocupações nas fazendas Macali e Brilhante, no município de Ronda Alta e Sarandí no Rio Grande do Sul. A conquista destas áreas estimulou outras famílias a reivindicarem um pedaço de terra, e mobilizou centenas de pessoas na organização do Acampamento de Encruzilhada Natalino em 1981, com cerca de mil famílias sem terra. Pavan (1998, p. 7) avaliou que:

a ocupação foi um acontecimento marcante na experiência de homens e mulheres assentados, porque é o momento da decisão de entrar na luta e se constitui no primeiro enfrentamento com as forças contrárias. Dependendo da motivação para entrarem nesse processo e do grau de envolvimento dos membros da família, essa fase poderá influir, com peso maior ou menor, no desenvolvimento das subseqüentes.

Desde o primeiro Congresso Nacional, as mulheres se fizeram presentes, participativas e propositivas das linhas políticas e dos objetivos do MST na luta pela reforma agrária. Participaram mais de 300 mulheres. Entre elas estavam Maria Oneide, do Pará; Elizabete Teixeira, da Paraíba; Santana Gracielle, do Mato Grosso do Sul; Maria de Fátima Lina Bandeira e Maria Pinheiro Pereira, do Paraná.

Essas mulheres representam a história da luta camponesa em seus estados e no país, participaram ativamente dos grupos de trabalho, discutindo a integração da luta nos acampamentos e nos assentamentos.

Ao tomarem parte da luta, as mulheres também viabilizam a participação de toda a família. Relataram suas experiências e seus sofrimentos. Elizabete, Maria de Fátima e Maria Oneide haviam perdido seus companheiros na defesa de seus direitos pela posse da terra. Da mesma forma como em suas comunidades, em seus municípios, as mulheres ocuparam seus espaços no processo de formação do movimento. (FERNANDES, 2000, p.88)

Na sua luta, as sem terra têm enfrentado a perseguição, a violência e a impunidade que protege e favorece o latifúndio. Muitas mulheres pagaram com suas vidas o compromisso na luta em defesa da reforma agrária e do bem estar coletivo das trabalhadoras e dos trabalhadores do campo.

A lista de mulheres assassinadas é extensa. Roseli Nunes da Silva, assassinada no trevo da estrada de Sarandi, Rio Grande do Sul, no dia 31 de março de 1987, ocasião em que participava de uma manifestação com mais de 5.000 pessoas. Dorcelina Folador, prefeita de Mundo Novo - Mato Grosso do Sul, assassinada em 30 de outubro de 1999; Maria Zilda, acampada no Acampamento Caldeirão em Vitória da Conquista Bahia, grávida de 5 meses foi assassinada junto com mais outros três sem terras no dia 29 de outubro de 1994, quando pistoleiros encapuzados invadiram o acampamento. Recentemente, a sociedade se chocou com o assassinato da religiosa Dorothy Stang, em 12 de fevereiro de 2005.

As funções que as mulheres assumem dentro do MST são diversas: o trabalho de base para as ocupações, o trabalho de secretaria do MST, zeladora do Jornal Sem Terra no setor de comunicação e o trabalho de formação com a juventude para projetar novas lideranças, a organização das mulheres e dos seus espaços de estudo e debate sobre gênero. A participação feminina, ao mesmo tempo em que fortalece o movimento, também fortalece a organização interna das mulheres.

No início da organização do MST, poucas mulheres assumiram cargos nas instâncias nacionais, os homens eram a imensa maioria. Dentre as pioneiras, podemos citar: Fátima Ribeiro, que esteve liderando a expansão do MST em diversos estados do Brasil, no Espírito Santo, Ceará, Minas Gerais, correndo todos os riscos dessa luta.

Até os finais da década de 80, as militantes e dirigentes do MST eram as solteiras. A exigência de disponibilidade para a articulação e a organização do movimento que se expandia nacionalmente acabava dando preferência às mulheres que podiam se ausentar por um longo tempo de suas residências. As mulheres casadas tiveram dificuldades de se engajarem politicamente nessas ações naquela época.

Em contrapartida, os homens casados tinham oportunidade e possibilidade de assumirem as atividades nacionais, enquanto as mulheres casadas eram impostas à atribuição de cuidar dos filhos e da casa. Diante desse quadro, as mulheres que atingiram a projeção de dirigentes foram as solteiras. Com o avanço da luta e a maturidade do movimento, esse quadro sofreu alterações.

No ano de 1986, os trabalhadores (as) sem terra reafirmaram a sua estratégia de luta, formulando e desenvolvendo nas ações cotidianas uma concepção de que a conquista do direito de viver, morar e trabalhar na terra, como condição básica para a cidadania dos sem terras. Muitas famílias que ocupavam as terras eram constituídas por mulheres viúvas, solteiras e separadas. Isso exigia o reconhecimento delas como beneficiárias da Reforma Agrária. Neste ano, é registrada a primeira grande vitória das mulheres do MST: o direito de receber lotes na implantação dos assentamentos, superando a condição de dependência em relação a pais ou irmãos, afirmando a conquista do direito, até então negado, de ser titular da terra.

As mulheres avançam na consciência e na capacidade de liderança, percorrendo o trajeto da luta pela terra, e da militância social em outros movimentos e organizações de trabalhadores:

Um pequeno grupo de mulheres que ingressaram no movimento bem no seu início já com uma experiência de militância nas pastorais das igrejas e dos movimentos sindicais, ingressam no MST com uma certa consciência de classe e de gênero, pois houve um conflito dentro do movimento sindical dos trabalhadores rurais. Após ganharem a diretoria do sindicato elas foram excluídas por não serem sindicalizadas. Foi então que se organizaram em movimentos de mulheres autônomos reivindicando a sindicalização, salário maternidade, titularidade no bloco de produtor, [...]. E algumas mulheres vieram de movimentos urbanos de várias áreas de atuação. Um outro grupo de lideranças foi formado pelo próprio MST no dia a dia das lutas e conquistaram um espaço na organização tornando-se quadros do movimento. (TONIN, 2003, p. 23-24).

Pavan (1998) faz referência ao processo de conscientização dos trabalhadores (as) em consequência de três matrizes formativas: a teologia da libertação, disseminada pelas Comunidades Eclesiais de Base, os discursos de esquerda (marxista) dos vários partidos que atuavam na época e o sindicalismo combativo em ascensão; segundo essa autora, no caso das mulheres sem terra, a reflexão sobre fé e vida proporcionada pelas CEBs foi que lhes permitiu a construção de uma concepção mais elaborada da sua interpretação do mundo, e o engajamento na luta pela terra e pela reforma agrária.

Nas lutas sociais no campo, as mulheres foram ampliando as suas bandeiras reivindicatórias: a luta pela terra, pela reforma agrária e por políticas públicas para o campo.

[...] mulheres fazem marchas, mulheres ocupam prefeituras, né, brigam com secretário de educação, faz com que leve as cadeiras para o assentamento que leve os livros. A gente não registra isso. Olha se isso está registrado? [...] Quantas vezes a gente tem que ocupar a prefeitura para perfurar o poço artesiano lá no assentamento, ou o próprio Incra porque a questão da água atinge diretamente as mulheres que na maioria tem que cozinhar para alimentar as crianças, os seus filhos.[...]. (GEOVÂNIA, dirigente do MST/MA).

De acordo com os estudos do coletivo de gênero, há uma predominância da participação das mulheres nas ações relacionadas à educação, a saúde, a luta pelo saneamento básico. É visível que são elas que se ocupam de discutir e lutar pelo direito à educação e por uma nova proposta educacional.

A partir dos anos 90, com a estruturação dos assentamentos, o MST iniciou a organização do seu sistema cooperativista dos assentados, visando ampliar a organização interna, a comercialização da produção e se fortalecer para poder pressionar pelas políticas agrícolas e agrárias e, assim, sobreviver em uma sociedade em que a agricultura é altamente competitiva e excludente.

Nesse sistema cooperativista, um dos fatores que levou à pouca participação da mulher foi o fato das cooperativas se constituírem vinculadas ao cadastrado na terra. Até então, eram os homens quem tinha a concessão de uso da terra, conseqüentemente eram eles que recebiam os créditos, tornavam-se sócios das cooperativas. Raros casos em que mulheres viúvas, desquitadas ou solteiras se incorporavam no quadro de sócios das cooperativas. Dados indicam que apenas 12% das terras de assentamentos no Brasil pertenciam às mulheres, os índices mais altos eram nas regiões Nordeste e Norte, uma vez que nessas regiões havia muitas mulheres como chefe de família, conseqüência da alta taxa de migração masculina. No sul, o índice é mais baixo. No Rio Grande do Sul, apenas 9% das terras estão em nome das mulheres (Jornal da Emater-RS, dez. 2002).

Na década de 90, a repressão à luta dos sem terra se desencadeou de maneira violenta. Muitas lideranças foram presas, indiciadas e assassinadas. A repressão leva o MST a adotar e a incentivar a denominada resistência de massas onde famílias inteiras, homens mulheres e crianças atuavam de maneira decisiva, enfrentando os despejos e provocando situações de desgaste das autoridades frente à intensa luta pela reforma agrária, obrigando o governo a intervir e negociar para evitar o desgaste público gerados pelos conflitos.

Durante os despejos, muitas vezes o primeiro grupo a se mobilizar de frente às colunas de policiais eram as mulheres com suas crianças.

No momento da resistência de massa que foi um momento forte no movimento quando o movimento decidiu criar a resistência de massa, as mulheres estavam ali empunhando a bandeira, enfrentando o latifúndio na linha de frente inclusive eram os nossos pelotões. (Fátima Ribeiro - Dirigente Nacional MST/RN).

A necessidade de somar forças para resistir à repressão aliada às pressões internas e externas, em geral feitas por mulheres sem terra, assim como por movimentos em defesa das mulheres exigiu uma ação mais eficaz do MST em relação a inclusão e o combate a discriminação das mulheres.

Nessa época preocupado em unir forças para combater o modelo econômico que estava destruindo a agricultura camponesa, o movimento sem terra intensifica sua articulação com outras organizações do campo no Brasil e no exterior. Na América Latina se reuniam no CLOC Coordenação latino Americana de organizações do campo, que tinha como norma a participação de 50% de mulheres em seus fóruns de debates e deliberações. Isso porque no CLOC já participavam mulheres com consciência de gênero e de classe que pressionaram para que se implementasse essa norma. Todos os movimentos que atualmente estão reunidos na Via campesina¹ mantêm essa exigência no Brasil e internacionalmente. (TONIN, 2003, p. 25).

Assim, o MST é levado a criar um espaço interno para refletir e debater as questões da organização das mulheres. O que resultou na realização do primeiro encontro de mulheres sem terra em outubro de 1995, que deliberou pela criação de um coletivo de mulheres responsável por incentivar e ampliar o debate das questões de gênero. Na conclusão do encontro, apontaram como metas:

Construir novos valores no cotidiano (família, militância, direções, postura pessoal), criar mecanismos para garantir a participação das mulheres em

¹ - Via Campesina é uma organização internacional que congrega diversas entidades e movimentos sociais no campo. No Brasil participam desta organização: o MST, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB), a Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA), a Pastoral da Juventude Rural (PJR), e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB) In: <<http://www.movimientos.org>>.

todos os níveis (creches e outras) e criar novas relações em que os resultados políticos, econômicos e sociais sejam distribuídos de forma igualitária entre homens e mulheres. (BOLETIM MST - A questão da mulher no MST. Publicação interna, p.7).

A partir de 1995, o cenário da agricultura brasileira ganhou novos contornos. Em novembro de 1999, com o Consenso de Washington esteve em curso no mundo uma nova reordenação política, com o desmoronamento dos estados nacionais e difusão das idéias neoliberais², cujo eixo central foi fundamentalmente a idéia da organização de um Estado mínimo, o que significava intervenção estatal mínima sobre a atividade econômica. Esta deveria ser regulada pelo mercado e suas leis.

As empresas estrangeiras investiram na agricultura brasileira. Com o uso de alta tecnologia, essas empresas tendiam a concentrar capital e renda e, em consequência, ocorreu uma redução das pequenas e médias empresas que foram incorporadas e/ou destruídas pelas grandes concorrentes. Esse modelo de modernidade avançou no campo, aumentando a concentração de terras e os conflitos sociais.

Segundo dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro Geográfico Estatístico (IBGE), no ano de 1996, foi registrado que 400 mil estabelecimentos foram extintos. O estudo da Comissão Pastoral da Terra (2005) informou também que, nos anos de 1993 a 1999, houve um crescimento contínuo nos conflitos de terra, que saltou de 361 para 870 conflitos, com uma pequena queda registrada em 2000.

Neste período, dois acontecimentos importantes obrigaram o governo a dedicar maior atenção ao MST: o massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996, em que morreram 19 sem terras e a Marcha a Brasília, realizada de fevereiro a abril de 1997, que mobilizou cerca de cem mil pessoas. Estes episódios atingiram a imagem do governo federal que, ao invés de propor medidas para avançar na reforma agrária, contrariamente assumiu para si a tarefa de conter e reprimir a organização dos sem terra.

O objetivo era impedir não apenas as invasões de sedes do Incra, como o MST vinha fazendo nas grandes cidades, mas também a ocupação de

²As idéias neoliberais começaram a ser difundidas pela primeira vez em 1947, quando um grupo de intelectuais conservadores em Monte Pélier, na Suíça, formaram uma sociedade de ativista para combater as políticas do estado de bem-estar social. As idéias neoliberais afina-se com qualquer regime que assegure os direitos da propriedade privada, indiferente se ele é um regime democrático, autoritário ou ditatorial. In: <<http://www.educaterra.terra.com.br/voltaire>>.

fazendas, ação preferencial dos sem-terra. A proposta aprovada na reunião foi coordenar a repressão ao MST no Gabinete Militar da Presidência, em vez de deixar a tarefa para os governadores de Estado, como aconteceu até a semana passada. Toda vez que se verificar que as polícias militares não estão dando conta dos conflitos, tropas do Exército serão chamadas.” (REVISTA VEJA, 1996).

Neste clima de tensão, o MST adotou uma estratégia de divulgação da luta pela reforma agrária – as marchas nacionais ganhavam expressão e notabilidade pela durabilidade, apoio social, resistência dos marchantes e pelo nível de organização dos sem terra. A primeira marcha nacional ocorrida foi em 1997. *A Marcha Nacional por Terra, Emprego e Justiça* que foi organizada em duas colunas de 1.500 pessoas, durou quase três meses, encerrando em Brasília, num ato que reuniu cerca de quase cem mil pessoas. Neste evento, a participação das mulheres foi massiva.

Nesse período, quando os acampamentos passaram a durar anos, o MST pressionava pelas desapropriações e liberações de terras, créditos, assistência técnica, infra-estrutura básica para os assentamentos rurais. “Se a situação dos trabalhadores rurais é crítica, para as mulheres trabalhadoras rurais é ainda pior; 81% delas no ano de 1998 não recebiam nenhum rendimento pelo o seu trabalho”. (Revista Contra a pobreza e a violência, 2000).

As mulheres se articulavam para fortalecer a resistência nos acampamentos. Além de resistirem aos despejos, elas denunciavam a ação do poder judiciário. Exemplo desta denúncia é a carta das mães sem terra, dirigida à desembargadora Maria Isabel Benone que retificou pela quarta vez a decisão de despejar a força 180 famílias sem terras acampadas em terras públicas pertencentes à prefeitura de Belém, em 2000.

Neste ano, na semana do Dia Internacional da Mulher, dois fatos importantes deram notabilidade aos problemas das mulheres do campo. Um destes foi o acampamento nacional de mulheres, coordenado pela Associação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais – ANMTR, que reuniu 3.600 mulheres, de 26 estados, representantes de diversos movimentos entre estes o MST e organizações autônomas de mulheres. O outro foi a Marcha das Margaridas, organizada pela Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura - CONTAG e pelas Federações Estaduais de Trabalhadoras Rurais.

Diversos veículos de comunicação noticiaram esses eventos enfatizando o seu caráter reivindicatório e a participação representativa de diversos seguimentos de trabalhadoras do campo. A matéria, publicada em 12 de março de 2000, no jornal *A notícia*, destaca

Em manifesto, as agricultoras revelam que o neoliberalismo arruinou 942 mil estabelecimentos agrícolas nos últimos dez anos, fez desaparecer 450 mil pequenas propriedades, eliminou 2,9 milhões de empregos no campo e 4,5 milhões de famílias ficaram sem terra. Vive-se a insegurança de chegar à velhice sem aposentadoria, de perder o salário-maternidade, de se expor permanentemente aos perigos da lavoura, sem direito ao auxílio por acidente de trabalho. As mulheres e seus filhos e filhas não têm acesso à educação. No Brasil, existem mais de 6,5 milhões de agricultoras analfabeta.

Passados esses momentos, as mulheres voltaram ao anonimato. Em raros momentos, elas apareceram dando entrevistas e demonstrando que também estão dirigindo o movimento em seus estados, municípios ou acampamentos. O protagonismo das mulheres caiu no esquecimento.

Na luta contra o modelo da agricultura capitalista em que se expande no país, o MST propõe um novo projeto com base na democratização da terra, na diversificação da produção e na defesa de uma agricultura orgânica e luta contra os transgênicos. O setor de gênero elaborou uma cartilha orientando toda a base feminina a se lançar na luta contra o monopólio do conhecimento através do uso da biogenética, contra os transgênicos e a favor das sementes como patrimônio da humanidade.

Em 2002, sob o governo do Presidente Lula, o MST passou a combinar a luta para pressionar o governo pela realização da reforma agrária, com a articulação junto com demais movimentos para propor políticas públicas no campo da reforma agrária e da organização dos assentamentos. Assim, em 2 de maio de 2005, 12 mil trabalhadores e trabalhadoras deixaram a cidade de Goiânia rumo a Brasília para, reunidos, caminhar, protestar e chamar a atenção da sociedade brasileira para a grave situação de pobreza e desigualdade no campo. (Boletim MST, ano IV, nº89 – edição especial).

A participação das mulheres representou um avanço em relação às marchas anteriores. Esse avanço foi atribuído ao trabalho educativo e político que tem sido realizado no MST, e a organização da ciranda itinerante, que é uma forma de organização da escola para atendimento a educação infantil, acompanha as crianças desde o período de residência no acampamento, fase transitória sujeita a mudanças em função dos despejos, até o assentamento definitivo. Durante o percurso da marcha, foi mantida a ciranda itinerante com a participação de mais de 300 crianças.

2 A CONSTRUÇÃO DE NOVAS RELAÇÕES NOS MOVIMENTOS SOCIAIS

É inegável o avanço no debate da organização das mulheres e na construção de novas relações de gênero no movimento. Contudo, ainda persistem relações desiguais de poder em muitos setores do movimento. Existem fatores que dificultam a superação das relações de opressão: os valores da sociedade capitalista, que reproduzem as desigualdades baseadas na injusta divisão social e sexual do trabalho; a opressão milenar que o modelo patriarcal tem reproduzido; e os fatores de ordem interna ao próprio movimento, como a falta de uma compreensão mais ampla no conjunto do MST da questão de gênero e a da necessidade de enfrentar esse debate, e ainda a falta de condições reais e materiais que favoreçam a participação da mulher.

Para o setor de gênero do MST, o rompimento do sistema de opressão se dá dentro de um processo muito maior, que é a emancipação da classe trabalhadora. Tonin (2003), liderança nacional do movimento, apresenta como uma das causas que dificultam essa emancipação a concepção teórica das lideranças do movimento que ainda dá pouca ênfase para os instrumentos ideológicos que são utilizados pela sociedade burguesa e capitalista para reprodução da dominação de classe e do padrão de família burguesa³ que gera desigualdades dentro da classe trabalhadora.

Na sociedade capitalista, persiste uma ordem de valores culturais e ideológicos nas relações entre classes e entre gêneros que se reproduzem nos espaços sociais, da família, escola, trabalho, igrejas, entre outros. Essa ordem de valores deu forma a uma exclusão social tanto quantitativa quanto qualitativa nas relações humanas e uma injusta concepção de poder.

Há necessidade de repensar a sociedade e o que se elaborou ideologicamente sobre a mulher. Esse repensar não se fará como fruto de mera atividade intelectual, mas na dinâmica das lutas sociais e na reflexão sobre elas.

³Esse modelo familiar surge no século XVIII, "Para o burguês o trabalho é o espaço no qual as relações são regidas pelo, calculismo, a competição, a busca pelo sucesso. Se o mundo dos negócios é o lugar da razão, o lar passou a ser o espaço exclusivo da emoção simbolicamente associado a proteção, amor, carinho, harmonia, enfim o paraíso. E a mulher passou a ter uma vida de reclusão em compensação ficou "protegida" do inferno do mundo dos negócios." Cartilha setor de gênero, julho de 2003, p.16.

As mudanças não ocorrem por elas mesmas. É necessário construir instrumentos que os unifiquem, trabalhadores e trabalhadoras para impulsioná-las. Não basta que as mulheres adentrem nos espaços considerados decisórios e de domínio masculinos. O desafio é o da reorientação dos padrões de valores da sociedade como um todo, incluído aí como os homens estarão reformulando suas relações sociais. Nesse sentido, o MST tem perseguido a luta pela Reforma Agrária e a superação das relações de classes entre sem terra e latifundiários no campo, bem como tem fomentado a discussão e vivências de novas relações de gênero. Isso não quer dizer que ele não tenha problemas de gênero, mas que é essencial uma análise para perceber os avanços e desafios que se apresentam nestes aspectos.

O número de mulheres nas instâncias nacionais do MST, em 1994, era 10 no total de 49 membros na coordenação nacional e 2 no total de 13 membros da Direção nacional. Em 1996, este número era 8 no total de 90 na coordenação e 3 no total de 23 na direção nacional (PAVAN, 1998, p. 59). A partir de 2005, o MST implantou a linha política de 50% de mulheres em todas as instâncias e setores. Isso resultou numa ampliação significativa das mulheres nas direções dos setores e instâncias, locais, estaduais e nacionais. Hoje a direção nacional do MST conta com mais de 50% de participação feminina.

Na aplicação das linhas políticas definidas pelo movimento, o setor de gênero aponta também alguns desafios a serem vencidos pelo próprio setor. Dentre esses desafios, a organização propõe:

No processo educativo, pensar a formação das coordenadoras de núcleos, aglutinar a militância feminina para debater as suas dificuldades e como enfrenta-las no campo teórico e organizativo; Trabalhar na perspectiva da elaboração teórica a partir do aprendizado no MST; Pensar e propor uma formação os educadores sem terra numa perspectiva de novas relações de gênero, envolvendo os homens também nestes espaços; Pensar o desafio de um trabalho formativo na perspectiva de gênero para os homens e mulheres sem terra." (SETOR DE GÊNERO MST, 2004, 0p.1-3)

As mulheres são a força principal que empurra a alavanca da mudança porque são elas que sofrem discriminação e violência. Os homens, pelos privilégios obtidos, têm dificuldades de se abrirem às mudanças. As mulheres sem terra estão sendo protagonistas dessa mudança visível, mas a emancipação feminina ainda demanda muitas ações.

Há duas vias de luta que atravessam a história e a vida dessas mulheres: a luta pela superação da dominação de classe e gênero, com o acesso à terra, e a reforma agrária e pelo fim da discriminação e exploração da mulher que se dá no contexto da sociedade em geral e a luta no interior da própria classe trabalhadora pela desconstrução dos valores machistas, patriarcal.

As mulheres estão fazendo história, tanto quanto seus maridos ou companheiros, de uma luta que não terminou e da qual não querem estar ausentes. A consciência de classe, adquirida nas experiências da luta, leva-as a se sentirem parte de um projeto mais amplo, ainda a ser concretizado, que é a reforma agrária e a perceberem que os acontecimentos considerados pequenos, coisas miúdas, fazem parte dessa luta mais ampla.” (PAVAN, 1998, p. 174).

Para mudar as relações sociais e não só as relações de propriedade, a luta deve continuar. A consciência política que as mulheres militantes atingiram levou-as a lutarem por outras transformações cotidianas, não se submetendo mais aos mecanismos de dominação social e culturalmente impostos, nem pelas classes dominantes, nem por seus próprios companheiros.

Melhorar as condições de vida das trabalhadoras rurais sem terra é uma necessidade, de igual maneira que se exige que os frutos da luta sejam repartidos igualmente entre os gêneros. Ademais, fica evidente que sem a participação feminina, as forças revolucionárias perdem energia e se tornam vulneráveis. Pois como diz o MST na música: “Sem mulher a luta vai pela metade. Revirar os contextos históricos das lutas sociais e buscar enxergar como as mulheres estão vivendo e refletindo a sua luta é condição inerente para a construção de uma nova humanidade”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOGO, Ademar. *Arquitetos dos sonhos*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

BOLETIM MST. Ano IV nº. 90 – *Marcha nacional pela Reforma Agrária*, 2000.

CADERNOS de Cooperação Agrícola. Nº. 5. *Sistema cooperativista dos assentados*, 1997.

CARBONI, Florence, MAESTRI, Mauro. *A Linguagem escravizada: poder e luta de classes*. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

CARRASCO, Cristina. "A sustentabilidade da vida humana: Um assunto de Mulheres?" In: FARIA, N e NOBRE, M (Orgs). *Cadernos Sempre-viva*. nº. 8. São Paulo, 2003.

CARTILHA *Mulheres Sem Terra :1984-2004 – 20 anos*. Brasília: MST, 2005.

Chakhnazárov, G e KRÁSSINE, Lu. *Fundamentos do Marxismo -Leninismo*. São Paulo: Progresso, 1981.

FERNANDES, Bernardo M. *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

GODINHO, Tatau: *O feminismo e a luta dos trabalhadores*. In: REVISTA Setor Nacional de Gênero – MST, 2003.

GREIN, Isabel. *A Invisibilidade da Trabalhadora Rural no Brasil*. Juiz de Fora: UFJF 2003. (Ensaio monográfico do curso de pós-graduação e extensão).

MAIA, Sylvia M.R & Arapiraca, *Gênero, Agricultura Familiar e geração de renda: Um estudo de caso*, in Feminismo Ciência e Tecnologia CEJUP. REDOR/NEIM, 2002. Pp243-262.

PAVAN, Dulcinéia. *As Marias Sem Terras; trajetória e experiências de vida de mulheres assentadas em Promissão/SP – 1985 a 1986*. São Paulo: PUC, 1998.

PETRAS, James. *Uma revolução dentro da revolução*. In: Revista Setor Nacional de Gênero, 2003.

RANDALL, Margaret. *As Mulheres da Nicarágua; estamos todas despertas*. São Paulo: Global, 1982.

REVISTA Setor de Gênero do MST: *Construindo Novas relações de Gênero, desafiando relações de poder*, Distrito Federal, 2003.

REVISTA Setor de Gênero do MST. Distrito Federal, 2002.

RUFINO, Alzira: *Mulher Negra: uma perspectiva histórica*, s/n São Paulo, 1987. (mimeo),

SILVEIRA, Gema G. *Por uma memória de inclusão da Mulher*. São Paulo, 2004 (mimeo).

STEDILE, Pedro João. Brasil, *Latifúndio: o pecado agrário brasileiro*. (Mimeo)

SILVA, Terezinha A. G. da. *Mulheres e Homens do "Terra à Vista"*; estudo de caso das relações de gênero no MST. Escola de Agronomia/UFBA: Cruz das Almas, 2003. (Dissertação de Mestrado).

TONIN, Ivanete. *A participação das mulheres no MST*. Ensaio monográfico. Juiz de Fora: UFJF, 2003.